

ABANALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS SAGRADOS E A MANIPULAÇÃO DO DIVINO

Luiz Alexandre Solano Rossi

Introdução

O desejo de ter Deus presente em nosso meio é um desejo perene. Sua proximidade seria sinal de segurança e bem-estar. Na verdade, tal proximidade indicaria, talvez, uma inegável afirmação de que poderíamos, também, dominá-lo. Um desejo presente não somente no Antigo Testamento, mas que passa também pela mente dos discípulos de Jesus em pelo menos dois episódios:

1) A resposta de Pedro na narrativa da transfiguração: Pedro não entendia o que estava ocorrendo e, por isso, queria construir tendas que poderiam “conter” Jesus (Mc 9,15);

2) A mesma falta de compreensão é evidente no argumento cínico dos discípulos relativamente ao exercício do poder no reino que está por vir (Mc 10,35-37).

Tanto um episódio quanto o outro queriam reduzir Jesus a uma religião fácil. Mas quando voltamos nossos olhos para a disputa de Jesus com os líderes religiosos de seu tempo percebemos que um dos seus focos era, justamente, o Templo. Tanto a sua afirmação de senhorio (Mc 11,1-19) quanto sua enigmática ameaça ao Templo (Jo 2,13-22) rejeita o templo e o seu significado. Na verdade no Novo Testamento é a pessoa de Jesus que substitui o Templo e, portanto, não poderia sofrer qualquer tipo de reducionismo.

Javé e Jesus não são passíveis de redução e, portanto, manipulação. Não podem ser reduzidos ao círculo cúltico do Templo. Ainda que poder (trono) e Templo estejam irremediavelmente ligados no modo de se fazer política, a espiritualidade popular nos lembra e, mais do que isso, nos adverte que a aliança entre trono e altar precisa ser desfeita. Trata-se, na verdade, de uma relação incestuosa do poder junto ao Templo que causa prejuízos colossais.

A situação contemporânea apresenta-se crítica. Afinal, templos dourados não têm mais serventia. Sua utilidade é questionada pelas comunidades empobrecidas e que vivem nas periferias do mundo. Mas questiona-se a relevância não somente dos templos, mas também de suas liturgias – mesmo as religiosas – que se encontram quase que completamente esvaziadas diante da premente exigência de Javé em acabar com a exploração e a opressão.

Templos: construções públicas para privilégios privados

Mas voltemos aos tempos da monarquia em Israel. Mais precisamente na época em que os textos descrevem a ascensão de Salomão ao poder. Um rei que não tem ca-

risma para a guerra, mas enorme competência para as construções públicas. O olhar desse rei não era tanto externo quanto interno. E, por isso, podemos dizer que Salomão se apresenta no relato bíblico como um construtor por excelência. Ele é, de fato, o construtor do Templo e da ideologia real que emana dele. Ele é predestinado a cumprir essa função registrada em 2Sm 7,13 e reiterada em 1Rs 5,5. Contudo, a construção do Templo necessita ser compreendida nos termos da mudança social de Israel, isto é, enquanto Israel estava tão-somente preocupado com sua sobrevivência, um templo era percebido como um luxo desnecessário. Somente a partir do momento em que a segurança, abundância e prosperidade surgem em Israel é que a construção de um templo adquire importância.

Nesse sentido, o Templo é simultaneamente uma declaração política quanto um gesto religioso. Ele expressa uma visão da realidade preocupada com a *estabilidade*. Consequentemente, o templo corresponderia a uma visão *real* da realidade. As palavras nos ajudam. Percebam que faço questão de enfatizar o qualificativo *real*. Afinal, não existe o que poderíamos chamar de visão neutra da realidade. Todo modo de ver a realidade é comprometido com um determinado grupo social. Vemos e interpretamos os fatos sociais a partir do cotidiano particular que vivemos. Portanto, *visão real* é aquela que está presente no palácio e que é compartilhada por aqueles que vivem um projeto palaciano e excludente.

Todos os templos são, em certo sentido, modelos. Eles são símbolos simultaneamente de poder e de presença. Dessa forma poderíamos dizer que sua função simbólica reside em assegurar e autorizar a estabilidade social e, nesse caso, o Templo corresponderia à visão real da realidade. Uma visão que se inicia no interior do palácio e que focaliza apenas e tão-somente os interesses palacianos.

Mas se faz necessário esclarecer que o Templo (diferente da antiga “Tenda do encontro” de Êxodo 33,7-11) é uma arquitetura estrangeira em Israel, refletindo com isso uma teologia também estrangeira e, conseqüentemente, uma noção estranha da presença de Deus. O Javé peregrino passa a ser substituído pelo Javé estático. Para se afirmar a teologia do Templo é necessário engessar a liberdade divina e, assim, domesticar o próprio Deus. É interessante lembrar que a tradição abraâmica faz questão de apresentar um Deus que se desloca para acompanhar as pessoas, se não vejamos: “Estou contigo e te guardarei aonde quer que vás, e te reconduzirei a esta terra. Nunca te abandonarei até cumprir o que te prometi” (Gn 28,15).

O que de fato importa é a liberdade de Deus e dos seres humanos. Javé ama a liberdade e, por isso, não pode ser definido a partir de expressões que lembram passividade ou algo estático. Ao contrário, ao não deixar se enclausurar em um templo (ou templos), Ele nos indica que o seu templo é a história e o melhor culto para Ele é a conquista de uma vida cada vez mais digna para todos aqueles que fazem essa caminhada histórica.

A cumplicidade da religião e da política para a domesticação do divino

No entanto, reis devem construir templos. E, por causa disso, diríamos que Salomão não poderia ser rei sem um templo. Mas entendamos que templos são sempre penúltimos e nunca finais.

A questão da ideologia régia a partir de um projeto político de consolidação de um império se vê umbilicalmente ligada à questão religiosa. Porque não dizer que Salomão dá passos rápidos para a união da ideologia (enquanto projeto político) e do sagrado (enquanto instrumental de manipulação do povo). Epsztein ajuda-nos a entender esse procedimento ao nos dizer que

dada a importância que o sagrado adquiriu no seio do povo eleito, a justiça no antigo Israel é marcada, mais do que em outro lugar, por um caráter fundamentalmente religioso. Se, em outros países do Oriente Médio da época, a justiça é também encarada como emanção divina, em Israel consideram-na apanágio indivisível de um só Deus; este poder exclusivo de Javé não admite outros mestres a não ser – e também neste domínio – ele mesmo (EPSZTEIN, 1990, p.129).

Não devemos nos esquecer que o palácio e o templo são os mais importantes símbolos visuais do poder real e indicadores do centro do poder dentro de uma sociedade estratificada. Poderíamos dizer, de certa forma, que essas realidades simbólicas definiam o relacionamento entre o governador e os governados. Isso significa dizer que a partir dos círculos concêntricos do poder, todos aqueles que estão do lado de fora e, mais especificamente, além do portão do palácio, estão ausentes da área do poder real. Na arquitetura real o poder simbólico está intramuros ou ainda está limitado à área urbana.

Whitelam (1986, p.172) ajuda-nos esclarecendo que

o templo providencia um local para um ritual central de legitimação da dinastia. Ele define o relacionamento sagrado do centro, proporcionando assim, uma legitimação simbólica para a elite real (...) o templo funciona como uma casa do tesouro. Isso nos leva à noção do rei como uma figura simbólica central; o tesouro é o resultado dos presentes dados desde governadores e povos em todas as partes do mundo ao rei e seu deus, Javé, ou os benefícios vindos do comércio internacional.

Os relatos bíblicos nos mostram um Salomão que mascarava, massacrava e esgotava a população escondido sob uma luxuosa demonstração de devoção a Javé. Ele construiu um templo para o culto a Javé, que podia concorrer com os monumentos dos grandes impérios do Oriente Próximo em sua glória. Percebe-se que além de ser uma expressão da religiosidade, Salomão consegue transformar o Templo numa ferramenta política para o estabelecimento da ordem e de sua política estatal. Pode-se dizer que o valor do Templo está intrinsecamente ligado à monarquia, ou seja, enquanto estiver sustentando o projeto do rei seu valor atinge proporções mais elevadas, caso contrário sua razão de existir perde-se no conjunto dos atos e atores políticos e ideológicos da realeza.

O templo é usado de maneira instrumental para sacralizar a figura política do projeto do rei, pois, ao assim fazer, uma verdadeira “teologia real” passa a existir, permitindo o controle ideológico sob a figura do Templo, centralizando a religião e imprimindo um forte controle político sobre a população. Bruegemann acrescenta uma considerável observação a esse respeito ao afirmar que a rica economia e a política de opressão do rei somente prosperaram em razão de um elemento básico, ou seja, “o estabelecimento de uma religião controlada, estática, na qual Deus e seu templo tornaram-se parte da paisagem da corte, na qual a supremacia de Deus estava plenamente subordinada aos projetos do rei” (Bruegemann, 1986, p.42).

Salomão consegue aquilo que seria seu grande trunfo político: o controle da liberdade de Deus. Deus é apropriado pela corte e silenciado no que se refere a propósitos libertadores. A memória histórica do Deus libertador deixa de existir para dar lugar à consciência de um Deus controlado que ao não participar da história das vítimas da sociedade não permite sonhos de liberdade.

O rei e o Templo são, incontestavelmente, os arquétipos da manutenção da realeza. Esquemáticamente poderíamos ter o seguinte quadro:

Templo = espaço do sagrado

Palácio = espaço do exercício do poder

Templo + Palácio = centro do mundo

Podemos notar então que o controle ideológico passa pelo poder (palácio) e pela ideologia (templo). Bruegemann nos lembra que a “religião torna-se uma espécie de ópio, para que ninguém perceba a miséria presente no coração de Deus. O faraó, rei passivo de um universo fechado, sem revolução, sem mudança, sem história, sem promessa ou esperança, é o modelo de rei para um mundo que jamais apresenta mudanças, através das gerações. O mesmo universo parado, fechado é o que todo rei deseja, mesmo sendo Salomão em todo o seu esplendor” (1986, p. 51).

Salomão fundamenta e controla seus súditos a partir do mito da realeza e do templo. Um dos papéis fundamentais do mito, enquanto crença religiosa, é o de assegurar ao grupo humano, que controla os símbolos, o controle daquilo que de outro modo pareceria incontrolável. O mito garante, portanto, a estabilidade da realidade existente. No caso em questão, templo e palácio, são símbolos acessíveis somente ao rei.

Ao negar a realidade simbólica aos seus súditos, o rei traz para si todas as prerrogativas reais e sacerdotais. Ele assume os espaços que controlam a vida e ditam as regras do cotidiano. A partir desse momento o povo vive à mercê de quem exerce o poder e a ele se submete. Talvez, por não conseguirem acesso aos símbolos, o próprio povo assumia a vida, comportamento e valores do rei como uma realidade inerente a ele mesmo. Como se dissessem: “se não podemos transitar livremente entre os símbolos do sagrado e do poder, e nem ao menos possuí-los, reverenciemos e sirvamos ao rei, única pessoa a nos representar”. Sem dúvida que, nesse caso, o rei é como um espelho que reflete ao povo aquilo que eles jamais poderão ter ou ser.

A estabilidade da realidade social existente depende, sem sombra de dúvidas, desse jogo imposto pelo rei. Necessariamente, ao caminhar pelos espaços do sagrado e do político a realeza assume seu “verdadeiro” lugar: o centro do mundo. Tudo o mais gira ao seu redor e tudo fica na mais extrema dependência dele. O país e todos os seus súditos gravitam ao seu redor e a ele devem a manutenção da ordem física, natural e sobrenatural. Certamente, é por isso que Salomão passa muito tempo do seu reinado construindo o centro do mundo. Contudo, a construção do “centro do mundo” é realizada a partir do empobrecimento dos habitantes das vilas camponesas.

Imagem, religião e manipulação

A elaboração da imagem pública do rei, as tentativas de moldar ou manipular a “opinião pública”, ou um estudo da propaganda ideológica servem para reforçar as relações de dominação. Afinal de contas, o uso da propaganda real por intermédio do Império tem como objetivo disseminar e estabelecer, através do sistema social, formas simbólicas através das quais a dinastia possa expressar seu direito de governar sobre o povo. A propaganda existe exatamente porque há conflitos entre grupos e visões de mundo diferenciadas. Sem tais conflitos, não haveria necessidade de se elaborarem técnicas para conquistar outras pessoas para uma determinada atitude ou visão.

À medida que vemos a ligação íntima entre propaganda e poder, também perceberemos o desnudamento dos discursos que pretendiam fazer dessas técnicas instrumentos inocentes a serviço tão-somente da informação, oferecida ao público. Usualmente reserva-se a palavra “propaganda” para as técnicas voltadas à mudança de ideias, comportamentos e sentimentos, principalmente no que se refere às crenças religiosas, ideológicas ou políticas. Nesse sentido, pode-se dizer que em seu sentido mais amplo a propaganda pode ser considerada a técnica de influenciar a ação humana através da manipulação de representações.

Nesse artigo estou utilizando a expressão propaganda conforme a definição de Whitelam quando diz que “a propaganda é definida como um processo pelo qual uma visão particular de mundo é disseminada para uma audiência específica” (1986, p. 166). E, no caso da monarquia de Salomão que está sob análise, a fabricação da imagem de um rei designa um processo. De fato, um processo de fabricação de imagem. Nesse processo busca-se um parecer mais do que favorável; torna-se necessário a construção de características que se aproximam e encarnem qualidades sagradas. Segundo Burke “um Estado centralizado precisa de um símbolo de centralidade. O soberano e sua corte, frequentemente vistos como uma imagem do cosmos, são um centro sagrado ou exemplar do restante do Estado” (1994, p. 23).

Conseqüentemente a própria vida diária do rei deveria compor-se de ações não necessariamente recorrentes, mas completamente carregadas de um forte conteúdo simbólico-religioso, exatamente porque eram desempenhadas em público por um ator cuja pessoa era sagrada e cujos objetos materiais mais intimamente associados a ele também se tornavam sagrados, porque o representavam.

A fabricação da imagem real possui íntima relação com a mecânica do poder, seja ele político e/ou econômico. É através desse tripé: poder, política e economia, que poderemos, com mais clareza, interpretar e entender o reinado de Salomão e também perceber que as relações de poder têm essencialmente por base uma relação de força estabelecida.

Existem duas maneiras para o Estado manter o controle do poder. O modo mais comum de se manter o controle do poder e de ao mesmo tempo legitimá-lo é através do uso da força. Todavia, tal empreendimento possui um custo muito elevado para a população. A segunda maneira, que custa menos e é politicamente mais eficiente, envolve o uso de formas simbólicas, que temos chamado de “propaganda”. Fazer propaganda implica no reconhecimento da insuficiência da mera informação sobre as qualidades deste ou daquele produto, ideias ou sistema de crenças, assim como também significa aceitar como evidente o colapso das formas então vigentes de inculcar valores.

Certamente a característica mais importante daqueles que controlam o exercício do poder é a habilidade de manipular o poder e de convencer a população de que suas motivações são as mais corretas possíveis. Tal situação determina o sucesso ou o fracasso dos que governam. Segundo Whitelam

no antigo Oriente Próximo a visão de que o estado ou a cidade-estado disseminavam um método para se legitimar é frequentemente centrado sobre um membro da elite real, o rei, que era poderoso e rico e que possuía o direito de governar pela virtude de suas conexões divinas. Vários meios foram usados para expressar essa visão, incluindo moedas, selos, estelas, e monumentos arquitetônicos como palácios e templos (1986, p. 168).

Contudo, não devemos nos esquecer que a construção de um templo era considerada uma grande obra pública. Enquanto os artesãos que lideravam a construção poderiam ser estrangeiros, o trabalho pesado era feito pelos cidadãos e nem todos de boa vontade (1Rs 5,27). Portanto, podemos dizer que existe uma inegável ligação entre o Templo (construído para a glória de Deus) e o trabalho forçado (para a opressão do vizinho). Em 1Rs 9,23 vemos que Salomão tinha um grande programa de obras públicas. Em 9,22 é afirmado que o projeto excluía cidadãos e utilizava somente não-israelitas. Mas em 5,27 a situação parece muito diferente. De qualquer forma, sabemos através de 1Rs 11,28 e 12,1-14 que o trabalho forçado e a política de coerção do estado foram as causas da separação do reino. A conclusão parece elementar: templos não podem ser considerados socialmente neutros. Eles possuem a tendência de personificar a religião da “classe dominante”. Isto é, eles estão preferentemente comprometidos com a ordem em detrimento da justiça.

Devemos notar que o período de Salomão foi, particularmente, a época em que se viu o maior desenvolvimento da monumental arte e arquitetura israelita: fortificações reais, palácios e templos, construções públicas e outros, serviam como verdadeira exibição da força, do poder e da riqueza do rei e da sua corte. Whitelam nos diz que “o tamanho das estruturas poderiam aparentar segurança e poder, e sua visibilidade poderia ser comunicada a todos os níveis da sociedade” e acrescenta que “o exemplo

clássico da efetividade deste tipo de material são as pirâmides do Egito e os monumentos arquitetônicos que celebram a glória de Roma e de seus césares” (1986, p. 169).

Salomão possuía uma estrutura política e econômica repressora baseada num substancial controle ideológico: o templo e a realeza. A rigor, o reinado salomônico buscava desenvolver a produção do bem-estar palaciano. Sua produção estava diretamente ligada à questão do poder. Na época de Salomão um fato verdadeiramente escandaloso se apresenta como se fosse natural: o Deus itinerante do deserto, o Deus de toda a liberdade que conduz para a liberdade – por razões alinhadas ao redor das questões políticas, econômicas e de poder – encontra-se assentado em um templo. A liberdade encontra-se aprisionada e o único que possui a chave da “masmorra santa” é o rei.

Mas, talvez, ainda seja possível vislumbrar alguma esperança. Afinal, se tudo o que é sólido desmancha no ar, mas, como a divindade é fluida, torna-se impossível capturar Aquele que é incapturável. Tudo é transformado pelo modo deste Deus livre que está presente, mas que também pode se fazer ausente dos nossos melhores esforços em contê-lo. Onde Deus se encontra? Esta continua sendo uma das melhores perguntas para o nosso tempo.

Do Deus domesticado ao Javé que, liberto, liberta o povo

Uma religião que seja fácil e que traga felicidade instantânea é o objetivo de muitos cristãos que peregrinam pelos mais diversos templos. Peregrinam à procura de uma divindade que se encaixe perfeitamente aos seus objetivos. Indivíduos-peregrinos que procuram a felicidade plena baseada no hedonismo e, por conseguinte, no consumismo. De acordo com Hong (2001:7) “o indivíduo pós-moderno não aparece como produtor, mas como consumidor dos produtos oferecidos pelo mercado”. Esta busca interminável pela felicidade fundamentada no consumismo converte o ser humano em alguém cheio da necessidade compulsiva de consumir, alguém que busca produtos cada vez mais estimulantes, novos e finos. É certamente por essa razão que as agências de propaganda usam as mais sofisticadas combinações de mulheres bonitas, cores maravilhosas e esplêndidas trilhas sonoras para garantir a autoindulgência, e a satisfação instantânea substituem a frugalidade e a simplicidade. A descrição de Lyon (2001:92) é apropriada:

A imagem popular do pós-moderno é de pessoas ‘borboleteando’ de loja em loja e de símbolo em símbolo, construindo constantemente a si mesmas, experimentando esta moda, aquele estilo. O resultado é um tipo de pessoa pastiche, assim, o ego – e a própria vida – se torna passageiro, efêmero, episódico e aparentemente insignificante.

Talvez possamos falar de uma globalização do consumismo desenfreado. Entretanto, é necessário fazer uma ressalva: o consumismo é global não no sentido de que todos podem consumir, mas no sentido de que todos são afetados por ele. Afinal, somente os que não consomem, os que não estão suficientemente integrados no mercado consumidor, são afetados pela exclusão. Mas, pergunta-se, por que aqueles que não

têm condições de consumir deveriam ser excluídos da participação plena na vida social e deixar, com isso, de ser cidadãos em sua plenitude?

E nessa expansão tentacular, nem mesmo a religião escapa ilesa. Nenhuma esfera da vida está imune às pressões do mercado. O poder de escolha do consumidor também pode se infiltrar na vida religiosa, na vida da Igreja e em sua teologia. Nesse aspecto, Reginaldo Bibby (apud Lyon: 1998, 95) argumenta que “a religião se tornou um item de consumo delicadamente embalado – assumindo seu lugar entre outras mercadorias que podem ser compradas ou rejeitadas de acordo com os caprichos de consumo de cada um”. Nesse caso, é possível perceber um grande número de pessoas ‘borboleteando’ de templo em templo.

A Igreja corre o sério risco de se descaracterizar, de perder a sua identidade, tão peculiar e distinta das demais organizações da sociedade. E essa descaracterização faz com que ela se massifique através de uma mentalidade de informações superficiais que mais alienam do que produzem solidariedade: uma Igreja desinformada, mas convicta de que os bens materiais são o supremo valor da existência. Por que não dizer que uma sociedade irrelevante também deseja uma Igreja irrelevante com sua teologia irrelevante?

O capitalismo é um sistema econômico centrado no desejo dos consumidores. Um desejo insatisfeito que atinge a todos indistintamente. E, nessa corrida sem fim rumo ao consumo infinito com o objetivo de satisfazer definitivamente toda sorte de desejos, o capitalismo de mercado surge com sua roupagem teologizada: é claro que Deus pode e deverá suprir todos os desejos de seus fiéis, mas desde que eles não estejam em pecado. Percebe-se, claramente, a relação entre o sentimento religioso e o mercado. O sentimento religioso é utilizado em espaços que são próprios ao mercado nos quais se busca, em última instância, a realização do lucro.

A utilização da representação religiosa para alcançar objetivos meramente econômicos tem grande relevância numa sociedade em que a concorrência se torna cada vez mais acirrada e a reprodução e ampliação do capital, por consequência, fica mais difícil de ser realizada. Na sociedade contemporânea, a teologia, por tender a se adaptar à cultura circundante, tem se apropriado de valores e costumes próprios do mercado. Tudo passa a estar fragmentado, disperso e plural – como se estivesse numa prateleira de um supermercado, sujeito às escolhas e preferências do consumidor.

Uma teologia que estimula o consumo torna-se um foco de conflitos, visto que divide as relações humanas mais do que as unifica, distanciando-as de seu objetivo de gerar cooperação e solidariedade. O estímulo de um comportamento inviável aos pobres numa sociedade de ricos faz com que cresçam as ameaças de desestruturação, fragmentação e de desarticulação. Trata-se de uma teologia típica da mentalidade capitalista, que vende produtos, ideias e estilos de vida infiltrados na Igreja. A raiz desta experiência é o totalitarismo da cultura hedonista. Nesta teologia, a voz do consumo é a voz de Deus e, conseqüentemente, crescer nesta cultura é ouvir em alto e bom som a voz desse Deus.

Conseqüentemente, não é de se estranhar a proliferação de cultos banais, mensagens banais, publicações banais, criando uma teologia superficial, de consumo, sem exigências e só oferecimentos. Por que não dizer que essa teologia híbrida se apresenta como sintética, artificial e descartável? Um discurso irrelevante, em decorrência da preocupação com o mercado – e com pesquisas de mercado – que leva a adaptação da mensagem às necessidades dos ouvintes. O exemplo a seguir foi extraído de um jornal que circula em São Francisco, na Califórnia: o artigo diz que os membros da Igreja Luterana “Saint John” têm a garantia do dinheiro de volta. Eles podem doar para a Igreja por 90 dias, então se eles acharem que cometeram algum erro, eles não recebem a bênção ou podem ter seu dinheiro de volta. O programa é chamado de “A Garantia de Deus”, e o pastor da igreja está confiante que esse procedimento funcionará: “Confiamos que Deus mantém suas promessas, tanto que estamos oferecendo esta política de dinheiro-de-volta” – disse ele.

Conclusão

Uma antiga questão poderia ser colocada em termos atuais: o Mercado está aí por causa dos homens e mulheres ou os homens e mulheres estão aí por causa do mercado? Uma possível resposta a essa pergunta foi dada por Moltmann (1999:162): “Nas famílias, vizinhanças e comunidades livres os relacionamentos humanos existem em aceitação e reconhecimento mútuos. Se o mercado se torna o poder dominante, então os relacionamentos de aceitação e reconhecimento mútuos chegam ao fim.”

Parece-me que Deus está nos pedindo para salvar a Igreja e sua teologia de quaisquer outras distorções do evangelho. Ele está nos pedindo para sermos solidários com a fraqueza e a verdade, para nos cercar daqueles sacramentos que são os enfraquecidos. Dessa forma, teremos a coragem de descobrir que também estamos enfraquecidos. Os pobres não são diferentes de nós; eles são os sacramentos mais visíveis do que aqueles que estamos tentando esconder.

Se Deus está presente entre as pessoas que sofrem (e sofre com elas) nas narrativas bíblicas, então através de sua solidariedade Ele declara a desumanidade e a falsidade dos poderes que dominam a sociedade. Além disso, se falamos aqui sobre um Deus absoluto, isso faria de Deus um nada aniquilante. Se falássemos aqui sobre um Deus indiferente, isto condenaria os homens à indiferença. Qualquer exaltação da dor ou satisfação com o sofrimento só podem perpetuar a violência. E tal violência é a manifestação, o efeito e a causa da própria dor.

No primeiro século, Jesus enfrentou a exclusão da Palestina e a confrontou com uma comunidade inclusiva. A exclusividade da Pós-modernidade, com sua busca pelo igual e exclusão do diferente, precisa ser desafiada da mesma maneira. Qualquer entidade social na Pós-modernidade que almeje imitar o Reino de Deus deve confrontar os aspectos que ordenam e controlam nosso contexto atual.

Porém, enquanto no primeiro século a exclusão era uma proposta vinda de fora para dentro, isto é, de uma sociedade para a comunidade-igreja, a exclusão hoje é uma proposta que surge dentro da própria Igreja.

A banalização dos espaços sagrados e a sua eventual manipulação permitem a criação de espaços de exclusão e de manipulação a partir da religião. Por causa disso a teologia nascida nos templos não pode e nem deve simplesmente existir para si mesma, não pode nem mesmo se tornar meramente uma capelã para a sociedade de afluência. Ao contrário, a teologia deve demonstrar e indicar uma sociedade alternativa. Sua função é a de procurar a transformação da sociedade a partir da periferia.

Referências bibliográficas

BRUEGEMANN, W. *A imaginação profética*. São Paulo: Paulinas, 1986.

BURKE, P. *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

EPSZTEIN, L. *A justiça social no antigo Oriente Médio e o povo da Bíblia*. São Paulo: Paulinas, 1990.

HONG, I.S. *Una Iglesia Posmoderna?* Buenos Aires: Kairos, 2001.

LYON, D. *Jesus in Disneyland – religion in postmodern times*. Blackwell Pub: Malden, 2001.

————— *Pós-Modernidade*. São Paulo: Paulus, 1998.

MOLTMANN, J. *God for a Secular Society: the Public Relevance of Theology*. Fortress Press: Minneapolis, 1999.

WHITELAM, W.K. “The Symbol of Power” in *Biblical Archaeologist*, 49 (1986), 166-173 (Madison, 1988).

Luiz Alexandre Solano Rossi
Rua Eurico Batista de Oliveira, 88
87053-336 Maringá, PR
luizalexandrrossi@yahoo.com.br
Site: www.luizalexandrrossi.com.br